

13/01/2021

APEOESP

05

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CITE** e **CUT**

**NOSSA LUTA É A DEFESA
INCONDICIONAL DA VIDA!
NÃO AO RETORNO ÀS
AULAS PRESENCIAIS!**

***Aprendizagem escolar se recupera.
Vidas não!***

Todas as vidas importam!

***Plano nacional de imunização para todos.
Os profissionais da educação devem
estar na primeira fase.***

A Diretoria Estadual da APEOESP reuniu-se em 13 de janeiro último, registrando que o ano de 2020 foi de grandes lutas para o Sindicato e para toda a nossa categoria.

Foi o ano da conquista da aprovação do FUNDEB permanente e de sua regulamentação no Congresso Nacional, rejeitando propostas

Secretaria de Comunicação

privatistas. Foi o ano em que, em junho, o SFT reconheceu em definitivo a constitucionalidade da jornada do piso (lei 11.738/2008). E fundamentalmente, foi o ano em que conseguimos impedir que o Governo do Estado impusesse a reabertura das escolas e a volta das aulas presenciais em meio à pandemia.

A defesa da vida continua a ser prioridade do nosso Sindicato, num contexto de recrudescimento da epidemia do novo coronavírus no mundo e no Brasil.

Negacionismo, irresponsabilidade e marketing agravam a pandemia e crise social

No dia 13 de janeiro o balanço da pandemia no Brasil apontou um total de 8.210.134 casos de Covid-19 e 204.980 óbitos. No estado de São Paulo já são 1.561.844 casos e 48.662 mortes. Lamentavelmente o país voltou a ter mais de mil óbitos por dia e a pandemia não dá mostras de ceder, sobretudo com a nova variante do vírus, com maior taxa de contágio (cada pessoa pode levar à infecção de até 140 pessoas).

Esse quadro decorre da atitude negacionista e irresponsável do presidente da República, que promove e incentiva aglomerações e adota posturas que não cuidam da proteção contra o vírus. O ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, chega ao absurdo de debochar da situação, recusando-se a anunciar um plano de vacinação e uma data de início, dizendo que ocorrerá no dia “D” e hora “H”.

A isso se soma o desastre de sua política econômica. O fechamento da Ford e o fechamento de agências do Banco do Brasil e o Programa de Demissão Voluntária (PDV) causarão o desemprego direto de 10 mil pessoas e dezenas de milhares pelo impacto indireto. Esses trabalhadores contam com toda a nossa solidariedade, que expressamos nas moções publicadas neste Boletim.

No caso do estado de São Paulo, o agravamento da pandemia e da crise social decorre também de uma política errática e marqueteira

do governo Doria, que não toma medidas efetivas para a realização do isolamento social, garantindo renda às famílias e apoio aos segmentos mais vulneráveis.

Além disso, o aumento do ICMS, promovido pelo governador Doria, afugenta empresas do estado de São Paulo e tem impactos na produção de alimentos. Esse aumento foi possível graças à aprovação do PL 529, contra o qual lutamos ferreamente e que um acordo promovido na calada da noite por uma deputada de direita com o governador, deu o último voto necessário.

Por isso, reafirmamos nossa posição pelo fim do governo Bolsonaro e de total oposição ao governo Doria, rejeitando sua política privatizante, de destruição dos serviços públicos, autoritarismo, imposição de projetos que afetam e prejudicam diretamente professores e estudantes e total irresponsabilidade na imposição das aulas presenciais.

EM DEFESA DA VIDA, CONTRA A VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS

A atitude do secretário da Educação, de forçar a volta às aulas presenciais a partir de primeiro de fevereiro, entra em choque com o que vem ocorrendo no cenário internacional. No Reino Unido, por exemplo, o primeiro ministro Boris Johnson, antes totalmente favorável a manter as escolas abertas, reviu esse posicionamento frente ao novo quadro. Na Alemanha, também, os cuidados são redobrados.

Aqui no Brasil, um triste exemplo em sentido contrário é o estado

do Amazonas, sobretudo a capital, Manaus, cujas escolas foram reabertas e hoje enfrenta um quadro dramático, com hospitais e UTIs lotadas e ampliação do número de mortes. Até o fechamento deste Boletim já foram registrados no estado 218.070 casos, com 5.810 mortes.

No segundo semestre de 2020, o Maranhão também teve que rever a decisão de reabrir as escolas em face do grande aumento no número de casos e mortes.

Retomar o diálogo com os Municípios contra a reabertura irresponsável das escolas

No estado de São Paulo, em que pese a brutal pressão do governo Doria sobre os prefeitos e prefeitas, o exemplo de responsabilidade e defesa da vida vem do consórcio de sete Municípios do ABCDM, que não permitirão a reabertura das escolas.

Devemos nos apoiar nesse exemplo e voltar com urgência a conversar com secretários municipais de Educação e prefeitos para que também decretem que as aulas presenciais não voltam enquanto não houver segurança sanitária e controle da pandemia.

Conselho Estadual de Educação e SEDUC defendem interesses privatistas

Para tentar justificar seu posicionamento, o secretário busca apoio na decisão do Conselho Estadual de Educação em 13/1, favorável à volta às aulas presenciais.

Ora, pouco importa a decisão do Conselho Estadual de Educação, porque este é um órgão composto por representantes dos setores privados na educação, com uma única exceção. Onde estão os representantes dos profissionais da educação pública? Dos pais? Dos estudantes?

O Conselho Estadual da Educação no estado de São Paulo não passa de uma extensão da Secretaria Estadual de Educação, ao mesmo tempo em que o secretário não pauta suas ações na defesa da vida e da educação pública, mas nos interesses das escolas particulares, que querem a reabertura a qualquer custo.

■ **#RossielInimigoDaVida**

O secretário afirma que a SEDUC promoverá as condições para o cumprimento do protocolo sanitário nas escolas para evitar a contaminação. Porém, essa é uma fala vazia. Em primeiro lugar porque o secretário teve vários meses para realizar reformas estruturais nas escolas (que são necessárias também no pós-pandemia) e não as fez. As escolas continuam com banheiros insuficientes e quebrados, salas inadequadas e sem ventilação, espaços comuns insuficientes e mal ventilados e outras deficiências.

A grande contradição, porém, é que o secretário fala em segurança sanitária, mas mantém o mesmo módulo de estudantes por classes, com elevado número, quando a medida necessária seria a de reduzir esse número ao máximo de 25 estudantes em cada sala de aula, podendo ser até menor nesse contexto de pandemia.

Mães e pais que têm sido chamados às unidades escolares testemunham que as escolas não estão preparadas. Com base nesses testemunhos, podemos afirmar: não haverá equipamentos de proteção individual para todos, não haverá protocolos de segurança sanitária nas escolas, não haverá proteção à vida.

■ **Ação judicial em defesa da vida**

A APEOESP ingressou no Tribunal de Justiça de São Paulo com mandado de segurança para que as aulas presenciais não retornem em plena pandemia. A possibilidade de liminar ainda persiste, na medida em que o juiz da causa solicitou e anexamos parecer epidemiológico produzido por especialistas como os doutores Paulo Saldiva, Paulo Lotufo e Hélio Bacha.

Profissionais da educação devem ser vacinados no primeiro grupo

Não se pode falar em volta às aulas presenciais na situação de ampliação da pandemia que estamos vivendo. Mais ainda, só é possível se pensar no retorno às escolas a partir da combinação de pelo menos três fatores:

- a) A vacinação em massa dos profissionais da educação no primeiro grupo, juntamente com os profissionais da saúde, dos idosos e indígenas.

Sim, defendemos vacina para todos e um plano nacional de vacinação. Ao mesmo tempo, aqueles segmentos mais vulneráveis e os profissionais essenciais, que estão na linha de frente devem ter prioridade.

No caso dos profissionais da saúde isso é uma constatação óbvia, que deve ser também no nosso caso, pois, ao retornarmos às escolas, lidaremos com aglomerações e trabalho continuado em ambientes fechados durante 200 dias.

- b) O controle total da pandemia, com a redução da ocorrência de casos, internações e óbitos a tal nível que possamos considerar que existe um quadro de controle da doença.
- c) A existência de condições estruturais e de pessoal nas escolas que assegurem os protocolos de segurança sanitária necessários à garantia da saúde e da vida da comunidade escolar.

Por essa razão, estamos fazendo gestões junto ao Supremo Tribunal Federal, outras entidades e instituições, para que a vacinação dos profissionais da educação seja realizada na primeira etapa, juntamente com profissionais da saúde, idosos e indígenas.

Pela valorização dos serviços públicos

É preciso lembrar que a produção da vacina no Brasil foi possível graças aos nossos cientistas, que são servidores públicos. É preciso, portanto, defender os serviços públicos e o SUS – Sistema Único de

Saúde, sem os quais estaríamos impossibilitados de enfrentar essa pandemia.

Para proteger a vida de todos, o processo educativo deve continuar a distância

Nós professores, queremos a continuidade do processo educativo, mas neste momento ele deve continuar sendo realizado de forma remota.

Graças a nossa persistência, representações ao Ministério Público, campanhas e pressão sobre o governo, a SEDUC finalmente iniciasse procedimentos para garantir equipamentos e chips aos professores para a continuidade do ensino a distância.

Também está sendo criado um projeto de apoio à tecnologia e inovação e houve o anúncio de que haverá aulas online simultâneas.

É preciso que realmente sejam garantidos equipamentos para todos os profissionais, bem como a possibilidade de acesso aos estudantes. É necessário, ainda, que a SEDUC garanta segurança alimentar a todos os estudantes das escolas estaduais e um serviço de apoio psicológico online para estudantes e famílias mais afetadas pela situação de pandemia, sobretudo quando houve perdas de vidas.

Matéria paga, ato simbólico e campanha nas redes sociais

- A APEOESP veiculará na próxima semana matéria paga na Rede Globo de televisão para dialogar com pais, mães, estudantes e toda a sociedade contra a volta às aulas presenciais no contexto atual.
- Serão produzidos cards, cartazes e outros materiais como parte dessa campanha.
- Veicularemos igualmente vídeos de realizados por pais, estudantes e professores expondo todas as razões para que não ocorra a volta às aulas presenciais no atual contexto.
- **Será realizado um ato simbólico contra a volta às aulas presenciais**

no dia 22 de janeiro, sexta-feira, na Praça da República, em frente à SEDUC.

- Ocuparemos todos os espaços de mídia em nível estadual e nas regiões.

Debater a greve sanitária em defesa da vida

No dia 23 de janeiro, a APEOESP realizará uma reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER), para o qual serão convidados pais, mães e estudantes para participação em parte da reunião.

Além da questão da volta às aulas presenciais e a preparação da greve sanitária, em defesa da vida, o CER debaterá a campanha salarial, a luta contra a confisco dos aposentados e pensionistas e demais prioridades da categoria.

Assim, as subsedes devem articular nas regiões a unidade com pais, estudantes, movimentos, sociedade civil para impedir a volta às aulas presenciais e para dar sustentação a uma greve que venha a ser decretada e que devemos debater com a nossa categoria.

EM DEFESA DOS PROFESSORES DA CATEGORIA O E DA VIDA

No dia 5 de janeiro, a SEDUC/CGRH publicou Edital convocando o processo de seleção simplificado para contratação de professores temporários (categoria O e eventuais) na rede estadual de ensino.

O Edital prevê inscrição apenas para aulas presenciais. Não concordamos com essa restrição, tendo em vista que ainda estamos em fase aguda da pandemia e não aceitaremos a volta às aulas presenciais nessas condições.

A restrição também faz com que os candidatos que se enquadram no “grupo de risco” sejam excluídos. A APEOESP já está contestando o Edital em juízo, visto que já ingressou com ação face ao Decreto que permitiu aulas presenciais mesmo quando em áreas vermelhas.

Os professores que pertencem ao grupo de risco e tenham sua inscrição indeferida, deverão procurar a Subsede da APEOESP de sua região para providências jurídicas.

■ **Inscrições, fases e cotas raciais**

A inscrição para o processo seletivo simplificado ocorre até 20 de janeiro.

A participação é obrigatória, inclusive para os já selecionados que não tiveram contrato assinado.

Consta no Edital que a inscrição e demais fases serão de responsabilidade do candidato, sendo muito importante acompanhar as publicações de cada fase do processo.

O edital excluiu os estudantes (alunos com 50% do curso). Permitiu apenas a inscrição de alunos do último ano (processo de colação de grau em 2021, ou vai concluir na metade do ano).

Na seleção serão respeitadas cotas raciais. Para o/a candidato/a que se autodeclarar preto/a, pardo/a ou indígena, sendo comprovada a veracidade da autodeclaração, será acrescida uma porcentagem a mais na sua pontuação final.

No dia 19 de janeiro, às 10 horas, será realizada uma reunião do departamento jurídico com os coordenadores de subsedes para tratar da atribuição de aulas dos professores da categoria O, visando dirimir dúvidas e preparar a atuação do Sindicato neste processo, que se inicia no dia 20.

Pagamento dos professores da categoria O que foram candidatos nas eleições municipais

Os professores da categoria O que foram candidatos nas eleições municipais não receberam salários, porque o Estado entende que não deve pagar, embora tenham sido obrigados a se afastar para concorrerem.

Os que estão nessa situação devem procurar o departamento jurídico da APEOESP em suas regiões para o ajuizamento de ações individuais

MOCÕES

NÃO ÀS DEMISSÕES E AO FECHAMENTO DE AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL

O Banco do Brasil anunciou na segunda-feira, 11/1, PDV (Programa de Demissão Voluntária) para 5 mil funcionários. Desde a semana passada já havia a expectativa pelo anúncio deste programa, porém ele é maior do que se imaginava inicialmente.

De acordo com o Sindicato dos Bancários de SP, o plano prevê mudanças em 870 pontos de atendimento por meio do fechamento de agências, postos de atendimento e escritórios e a conversão de 243 agências em postos. Também estão previstas a transformação de oito postos de atendimento em agências, de 145 unidades de negócios em Lojas BB, além da realocização e 85 unidades de negócios e a criação de 28 unidades de negócios. O PDV prevê duas modalidades de desligamento: o

Programa de Adequação de Quadros (PAQ), para o que a direção do banco considera excessos nas unidades; e o Programa de Desligamento Extraordinário (PDE), para todos os funcionários do BB que atenderem aos pré-requisitos.

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) está organizando um plano de lutas e mobilizações contra essa medida do banco.

O presidente Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes nunca esconderam o incômodo dos ultraliberais com a existência de um banco público, competitivo e indutor do crescimento econômico no Brasil, liberando crédito para pequenos e médios empresários e para a agricultura. Por isso, já vinham restringindo as funções do banco e, em reunião ministerial cuja gravação foi amplamente divulgada, Guedes deixou clara a intenção de vender o BB.

O PDV agora anunciado e o fechamento de agências parece se enquadrar perfeitamente no plano de abrir ainda mais espaço para bancos privados no mercado financeiro do Brasil, bem como de “enxugar” o próprio BB com vista ao sempre presente objetivo de privatizá-lo.

É mais uma obra de paulatina destruição do patrimônio do povo brasileiro colocada em prática por um governo que nada constrói e tudo destrói.

Frente ao exposto, a APEOESP repudia veementemente esse ataque e nos solidarizamos com os funcionários do Banco do Brasil, colocando-nos ao seu lado em defesa do emprego e do desenvolvimento nacional.

13 de janeiro de 2021

Professora Bebel

Presidenta

Diretoria Estadual Colegiada – DEC - APEOESP

FORD DEIXA O BRASIL. BOLSONARO E GUEDES ESTÃO DESTRUINDO A NOSSA ECONOMIA

O anúncio da montadora norte-americana Ford de que fechará definitivamente suas fábricas de veículos automotores no Brasil é mais um alerta doloroso de que o nosso país não pode continuar a destruição de todos os avanços conquistados pela sociedade brasileira.

Mais de cinco mil trabalhadores diretos perderão seus empregos. Milhares de outros serão afetados na cadeia produtiva.

O governo Bolsonaro está literalmente desmontando a economia brasileira. Voltamos ao mapa da fome e perdemos a credibilidade internacional. A postura do governo federal frente à pandemia agravou ainda mais o quadro. Na esteira da Ford, outras grandes empresas, como a Yoki, anunciaram a sua saída do território nacional.

Essa debandada de empresas irá gerar grandes impactos no futuro do nosso país, do nosso povo, da nossa juventude.

É criminoso que diante de tantos e tantos indícios de corrupção e de tantos elementos que caracterizam improbidade administrativa e uma política genocida, o presidente da Câmara dos Deputados mantenha travados mais de 60 pedidos de impeachment. A eleição da mesa diretora da Casa, que ocorre na retomada dos trabalhos legislativos precisa ter este ponto como central. Ou poderá ser tarde demais.

Assim, declaramos nossa solidariedade com os trabalhadores da Ford e exigimos do governo federal e do governo estadual que atuem para assegurar a manutenção do emprego e da renda desses trabalhadores.

São Paulo, 13 de janeiro de 2021.

Professora Bebel

Presidenta

Diretoria Estadual Colegiada – DEC - APEOESP